

**RCD no AgRg no HABEAS CORPUS Nº 535.461 - SP (2019/0287124-8)**

**RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**REQUERENTE : NILSON DE SOUZA**  
**ADVOGADO : STÉLIO JOSÉ RODRIGUES CAMARGO - SP133806**  
**REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**REQUERIDO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**DECISÃO**

Trata-se de pedido de reconsideração da decisão de e-STJ fls. 67/69, que indeferiu o pedido de liminar formulado em *habeas corpus* pelo ora recorrente.

Alega a defesa que "o ora paciente encontrava-se em tratamento de saúde, combatendo contra um possível câncer de próstata, tudo de acordo com a documentação assinada por medico que lhe assistia há mais de 30 dias" e que "nas dependências da unidade prisional que se encontra não há a menor possibilidade de prestar-lhe os cuidados que sua doença requer" (e-STJ fl. 119).

Requer "seja novamente analisada as alegações trazidas na inicial bem como nesta oportunidade apresentadas, concedendo-se a liminar, com o intuito de converter a prisão em regime fechado para a prisão domiciliar, até o julgamento final do presente Habeas Corpus" (e-STJ fl. 119).

É, em síntese, o relatório.

Compulsando os autos, constata-se que o requerente está impugnando decisão que indeferiu liminar que já foi desafiada por agravo regimental julgado pela Sexta Turma e que recebeu a seguinte ementa (e-STJ fl. 108):

PROCESSO PENAL. ROUBO E ASSOCIAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL CONTRA DECISÃO QUE INDEFERE LIMINAR EM HABEAS CORPUS. NÃO CABIMENTO.

1. Nos termos da orientação sedimentada por esta Corte, é incabível agravo regimental contra decisão que, fundamentadamente, concede ou rejeita pedido de liminar em habeas corpus.

2. Na hipótese, o pedido liminar foi indeferido tendo em vista a necessidade de obtenção de mais elementos para a adequada aferição

# *Superior Tribunal de Justiça*

da existência de constrangimento ilegal.

3. Agravo regimental não conhecido.

Assim, em razão da preclusão consumativa e em nome do princípio da unirrecorribilidade, o pedido não pode ser novamente apreciado, devendo os autos seguirem seu regular andamento, com a manifestação do órgão ministerial e o julgamento do mérito do *habeas corpus* pelo Colegiado.

Ante o exposto, **indefiro o pedido de reconsideração.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator